

## TERMO ADITIVO À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2025

Pelo presente instrumento, de um lado, o **SINDICATO DOS EMPREGADOS E TRABALHADORES EM COOPERATIVAS DE CREDITO NO ESTADO, DE GOIAS**, CNPJ n. 11.357.139/0001-03, neste ato representado por seu Presidente, Sr. ADÃO LUIS TELES; e, de outro, o **SINDICATO E ORGANIZACAO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS NO ESTADO DE GOIAS**, CNPJ n. 01.269.612/0001-47, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUIS ABERTO PEREIRA; firmam o termo aditivo à convenção coletiva de trabalho 2023/2025, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o n. GO000478/2023, em 21/07/2023, número de solicitação MR040129/2023, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025 e a data-base da categoria em 1º de julho.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a categoria de Trabalhadores e Empregados em Cooperativas de Crédito Singulares, Cooperativas Centrais de Crédito e de Federações de Cooperativas de Crédito no Estado de Goiás/GO, com abrangência territorial em GO.

### CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO DE INGRESSO

A partir de 1º de julho de 2024 o salário de ingresso não poderá ser inferior a R\$ 1.474,47 (mil quatrocentos e setenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), tendo como base para o salário mínimo nacional em caso de reajuste deste em valor superior ao ora fixado. Em caso de mudança do Piso Nacional venha a ser concretizado no prazo de vigência deste termo aditivo será mantida a proporcionalidade em relação ao mesmo;

**Parágrafo Único** – Poderá haver pisos salariais maiores ou menores, desde que seja pactuado em Acordo Coletivo de Trabalho, respeitando o item que trata da comissão de negociação permanente, desta Convenção Coletiva de Trabalho.

### CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

A partir de 1º (primeiro) de julho de 2024, todas as sociedades cooperativas do Ramo Crédito, sediadas no Estado de Goiás, representadas neste ato, pelo Sindicato Patronal conveniente, conforme especificado no Preâmbulo, concederão aos seus empregados, reajuste salarial de 4,2% (quatro vírgula dois por cento), que corresponde ao INPC acumulado dos últimos 12 meses que antecedem a data-base, acrescido de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a título de ganho real, que incidirá sobre a remuneração do empregado vigente em 30.06.2024, incluindo comissões, percentagens, gratificações, pelo empregador, conforme art. 457 CLT.

**Parágrafo Único** – Eventuais adiantamentos salariais concedidos espontaneamente entre 01 de julho de 2024 até a data da assinatura deste Termo Aditivo, serão descontados por ocasião da aplicação do percentual ora fixado.

## **CLÁUSULA QUINTA - QUEBRA DE CAIXA**

O empregado exercente da função de caixa fará jus a uma gratificação mensal de no mínimo R\$ 308,93 (trezentos e oito reais e noventa e três centavos) e o Tesoureiro uma gratificação mensal de no mínimo R\$ 456,36 (quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos), ambos, sem reflexo na maior remuneração.

## **CLÁUSULA SEXTA - ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO**

Ao empregado que percebe salário fixo, além do reajuste previsto, será concedido adicional de tempo de serviço de R\$ 29,48 (vinte e nove reais e quarenta e oito centavos), por ano de serviço na mesma cooperativa.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

Nos termos do que prevê a legislação do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), a cooperativa fornecerá cesta de alimentos, no valor mínimo mensal de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) ou fornecerá vale alimentação/refeição no valor mínimo de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) ou poderá manter serviço próprio de refeições, podendo descontar do empregado até o limite de 20% (vinte por cento) do custo direto do benefício concedido.

**Parágrafo Único** – Para as cooperativas de crédito que já pagam valores superiores ao piso, fica facultada a aplicação do mesmo índice de reajuste utilizado no reajuste salarial.

## **CLÁUSULA OITAVA – AUXILIO CRECHE**

Os empregados, independente do sexo, perceberão reembolso mensalmente a título de Auxílio Creche no valor de R\$ 312,60 (trezentos e doze reais e sessenta centavos), até 12 (doze) meses após o nascimento do filho, desde que apresentado pelo empregado(a), com antecedência ao reembolso, a nota fiscal ou boleto de mensalidade da Creche que comprove efetivamente a despesa realizada, e/ou o registro do pagamento da remuneração e do recolhimento da contribuição previdenciária na Carteira de Trabalho da empregada.

## **CLÁUSULA NONA - AUXILIO FUNERAL**

Quando do falecimento do empregado, a Cooperativa concederá, a título de auxílio funeral, na rescisão do contrato, o valor mínimo de R\$ 1.322,96 (mil trezentos e vinte e dois reais e noventa e seis centavos). O benefício e valor estipulado no “caput” não se aplicam as Cooperativas que concederem, às suas custas, o benefício do seguro de vida em grupo, ou qualquer outro benefício com as mesmas características. Tal valor não terá natureza salarial, diante do seu caráter indenizatório.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS NÃO ALTERADAS**

Assim, justos e acertados, as entidades sindicais subscritoras do presente termo aditivo ratificam a convenção coletiva antes mencionada, em todas as suas cláusulas e condições não alterados expressamente neste documento, reconhecendo que este aditivo integra a referida convenção, formando com ela um todo único e indivisível para todos os fins de direito.

Por terem convencionado, assinam este termo aditivo à convenção coletiva de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma, para o fim de registro e arquivo no sistema mediador

do Ministério do Trabalho e Emprego, para que o mesmo tome seus reais efeitos jurídicos e legais.

Em, 29 de agosto de 2024.

**ADÃO LUIS TELES**

Presidente

Sindicato dos Empregados e Trabalhadores em Cooperativas de Crédito no Estado de Goiás

**LUIS ABERTO PEREIRA**

Presidente

Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Goiás